



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

---

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual

**Familismo, sexismo e racialização do cuidado de pessoas idosas**

**Luana Fernandes Silva Paes<sup>1</sup>**  
**Virginia Alves Carrara<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo discute a centralidade da mulher nas relações de cuidado de pessoas idosas, destacando o sexismo e o racismo. Foi realizada uma pesquisa analítica bibliográfica, a partir da base teórica do materialismo histórico-dialético. Como resultados e conclusões tem-se que o familismo presente nas políticas sociais brasileiras acrescido da não responsabilização do Estado leva à sobrecarrega familiar. A partir do momento em que as políticas sociais não são eficazes, fica em aberto uma lacuna social, na qual as pessoas idosas e aquelas que precisam de algum tipo de apoio/cuidado se encontram. Desta forma, responsabiliza-se a família, principalmente as mulheres, em função da compreensão social de que cabe a elas o trabalho doméstico e o de cuidar, em suas mais diversas esferas.

**Palavras-chave:** Cuidado. Familismo. Mulheres negras. Gênero.

**Family social policies, sexism and racialization of the care of the elderly**

**Abstract:** This article discusses the centrality of women in the care relationships of elderly people, highlighting sexism and racism. A bibliographic analytical research was carried out, based on the theoretical basis of historical-dialectical materialism. As results and conclusions, it is found that the family in Brazilian social policies plus the non-accountability of the State leads to family burden. From the moment social policies are not effective, a social gap remains open, in which the old and those who need some kind of support/care meet. Thus, the family, especially women, is responsible for the social understanding that domestic work and care are responsible for them in their most diverse spheres.

**Keywords:** Care. Familism. Black women. Gender.

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo se apresenta a partir de reflexões teóricas acerca das políticas sociais dentro do cenário social brasileiro que historicamente possui uma perspectiva familista, e como estas políticas são compreendidas como parte da dinâmica das configurações econômicas e sociais do sistema capitalista contemporâneo no qual o Estado está a serviço do capital. Fundamentadas nesta discussão, refletiremos acerca da responsabilização das famílias pelas mazelas sociais e pela convocação destas famílias a

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia Doméstica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: luana.paes@ufv.br.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Docente Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV. E-mail: vcarrara@ufop.edu.br.

assumirem as responsabilidades sociais do próprio Estado ao se responsabilizarem pelas tarefas e trabalhos ocasionados pela escassez de políticas públicas que sejam efetivas para suprir as necessidades apresentadas pela dinâmica de vida do modelo econômico e social vigente. Neste sentido, daremos enfoque a um dos trabalhos domésticos realizados em sua massiva maioria pelas mulheres negras, deflagrando o caráter sexista e racial do cuidado.

Deste modo, pretende-se suscitar um debate acerca do cuidado/*care*, enquanto uma categoria de trabalho, não remunerado que sempre foi realizado pelas mulheres, principalmente pelas negras e pobres. O cuidado será compreendido a partir de duas perspectivas, sendo a primeira delas, como uma relação direta existente entre pelo menos dois indivíduos, que buscam a manutenção e a perpetuação da vida, e como uma necessidade ontológica do ser social.

Ao suscitar discussões sobre as desigualdades que envolvem questões de gênero, raça e classe social, o debate do cuidado faz-se de suma importância, tendo em vista que os cuidadores são, em sua maioria mulheres, negras, pobres e muitas vezes migrantes (HIRATA, 2016). Devido ao fato de o cuidado envolver uma gama de práticas tanto materiais quanto psicológicas e que busca trazer respostas concretas às necessidades de outras pessoas (LAUGIER, 2021) ele foi e ainda é desenvolvido em sua maioria por mulheres, na esfera privada, lê-se no espaço doméstico, sem nenhum tipo de remuneração e devendo ser realizado por amor (HIRATA, 2016). A escritora Silvia Federici corrobora com a ideia ao afirmar que “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado” (FEDERICI, 2019).

Outro ponto importante a ser salientado é a desvalorização cultural do trabalho da mulher, autores como Souza-Lobo, 1991; Fonseca, 2000; e Hirata, 2002; afirmam que a nossa sociedade é marcada pela desqualificação e naturalização das características femininas, sejam elas materiais ou simbólicas, por isso são vistas como parte da natureza das mulheres, ou seja, cabe à mulher o dever de cuidar, porque ela é cuidadora por natureza.

Essa concepção do *care* dificulta a visibilização deste como um trabalho, pois é visto como uma responsabilidade familiar, uma vez que se faz necessário para a reprodução social dos indivíduos em todas as esferas da sociedade. Sendo assim, o trabalho do cuidado é marcado por desigualdades, sejam elas raciais, sexuais e de classes,

que são determinadas pela divisão sexual do trabalho, que se perpetua em nossa sociedade na qual o racismo estrutural se faz presente.

Ademais, o trabalho do cuidado é de suma importância para o capitalismo, pois o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres no espaço doméstico possibilita, que os homens façam parte do mercado de trabalho remunerado. Nas palavras de Ribeiro e Pereira (2022), Gelinski e Pereira (2011) e Picchio (2005) o trabalho doméstico está inserido na esfera das reproduções sociais e dentro do sistema econômico, sendo fonte de manutenção e reprodução da força de trabalho, pois este produz força de trabalho, que a partir da mercantilização gera mais-valia.

Acrescido à desvalorização do trabalho feminino, tem-se a modificação do perfil demográfico mundial, no qual a população tem envelhecido de forma acelerada, devido à queda na taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) o processo de transição demográfica é um fenômeno global irreversível, resultando em populações cada vez mais velhas, fato este que acaba por sobrecarregar ainda mais das mulheres, com as tarefas relacionadas ao cuidado dessas pessoas que estão envelhecendo.

Devido às mudanças sociais que estão ocorrendo ao longo do tempo, a pessoa idosa passa a ocupar uma nova posição familiar e social, relacionando-se cada vez mais com as mudanças ocorridas na esfera do trabalho (emprego), na inserção da mulher no mercado de trabalho e principalmente as modificações que a própria família passou, evoluindo da família ampliada, para a família conjugal moderna (WHITAKER, 2010).

Partindo desta realidade epidemiológica e demográfica impactada pelo aumento da expectativa de vida, identifica-se o aumento do número de idosos com doenças crônicas degenerativas e perdas de capacidades físicas, fato que por si só aumenta a demanda por cuidados (SIMÕES, 2015) sendo esta a chave da intensificação da crise do cuidado (WOODWARD, 2016).

Dentro do contexto sócio-histórico brasileiro é possível perceber que o conservadorismo se constitui como uma característica presente e marcante dentro das políticas sociais, especialmente, na defesa e na centralidade da família que é percebida como uma unidade receptora dos benefícios provenientes das políticas sociais, no qual objetiva-se manter o status-social e a divisão sexual do trabalho, onde o homem ocupa o lugar de provedor e a mulher de cuidadora (ZIMMERMANN, 2022). Tal concepção da

função social da família, está arraigado na família brasileira, em função do que é propagado pela ideologia dominante do patriarcado, e vem sendo cada vez mais reforçada pela onda ultra neoliberal conservadora. Deste modo a família, principalmente a mulher, vem sendo cada vez mais responsabilizada pelo cuidado dos entes familiares idosos, o que gera uma sobrecarga familiar (feminina) muito grande.

Desta forma, o presente ensaio teórico pretende discutir a centralidade da mulher nas relações de cuidado de pessoas idosas, buscando destacar como o sexismo e o racismo se fazem presentes. Para tanto, será utilizada a base teórica do materialismo histórico-dialético, pensado por Marx, no qual afirma que para analisarmos e compreendermos a realidade de modo contextualizado e crítico, faz-se necessário compreendê-la como sendo uma realidade inserida em processo dinâmico, complexo e contraditório (NETTO, 2017). Este ensaio teórico será realizado por meio da pesquisa analítica (THOMAS et al. 2022) de caráter bibliográfico (GIL, 2002).

## **1 DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 O papel das famílias e das mulheres negras para as políticas sociais**

Entende-se que a família é a mais antiga organização/instituição social existente, sendo desta forma, uma construção humana e social que está sempre se modificando ao longo do tempo, acompanhado das mudanças sociais. De acordo com o conservadorismo, para ser família, a mesma deve nuclear, ou seja, ser composta pelo homem, na figura do pai, pela mulher, representando a mãe e pela sua prole. Tal instituição deve ser reconhecida pelo casamento, em destaque para aqueles realizados pela igreja católica. Somente assim a família teria condições de ser concebida como tal e de realizar as funções sociais esperadas, como manter a harmonia e a coesão social entre os membros e conseqüentemente na sociedade de modo geral (MIOTO, 2020).

Com o passar do tempo e com as mudanças sociais ocorridas, como por exemplo a crise do sistema feudal e o surgimento do Modo de Produção Capitalista, tem-se a à crise da família monogâmica (CAVALCANTI et al., 2013), na qual passa por uma reorganização em sua composição e estrutura. Neste período, a família passa a assumir uma complexidade maior em suas relações, ampliando as possibilidades de formação e tipologias, levando a uma evolução no seu conceito. Como resposta às mudanças que

vinham sendo impostas socialmente, a família passa a se reestruturar, dando visibilidade a outras composições familiares.

Contudo, a família nuclear não deixa de existir e ainda é concebida como sendo o modelo ideal imposto pela sociedade (CAVALCANTI et al., 2013). Esses outros modelos familiares, também denominados como modelos alternativos, são decorrentes de alguns fatores relacionados ao mundo do trabalho, como por exemplo a entrada da mulher no mercado de trabalho, uma vez que no momento em que ela passa a obter uma renda advinda do seu trabalho, a mesma conquista um importante espaço, não só familiar, mas também social. Outro impacto dessa inserção sob a família, é o controle de natalidade propiciado pelo surgimento da pílula anticoncepcional que possibilitou à mulher controle sobre o número de filhos, ocupando um importante lugar de decisão sobre a maternidade e conseqüentemente, sobre a constituição da família (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Indo de acordo com os autores citados anteriormente Saffioti (2004) afirma que a sociedade ainda é pautada no modelo patriarcal, fazendo com que as mudanças oriundas das modificações no entendimento acerca da hegemonia da divisão sexual do trabalho e da divisão dos papéis (HIRATA; KERGOAT, 2007) entre homens e mulheres que são estabelecidos socialmente, levem a uma reprodução assimétrica de poder entre gêneros e tencionem o modelo patriarcal. Outro reflexo, é o acúmulo de funções, pois passa a ser cobrado da mulher que além de uma excelente profissional, ela precisa ser uma mãe exemplar. A possibilidade de identificar-se como mulher trabalhadora faz com que incida também sobre a mulher a responsabilidade de auxiliar no sustento familiar, e, o que é realidade em muitos casos no cenário brasileiro, ser a única provedora.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, ela passa a ocupar um papel um pouco mais igualitário em relação aos homens na perspectiva de direitos civis e políticos, porém, as atividades (trabalho) relacionadas ao cuidado, sejam eles dos filhos ou da casa, ainda são compreendidos como responsabilidade da mulher. Além da sobrecarga com jornadas duplas e até triplas de trabalho, há também a diferença de salários e o peso sobre o fato de a mulher gestar, podendo implicar na decisão de contratá-la ou não.

Frente a essa complexidade de mudanças sociais, ocorridas no âmbito da família e do mundo do trabalho, ela ainda é compreendida como uma instituição fundamental para o funcionamento da sociedade capitalista, pois é nela que se encontra um espaço estável e de segurança, sendo também a principal fonte de reprodução de ideologias<sup>3</sup>, que se apresenta em costumes, tradição e valores morais. A instituição familiar possui uma força muito grande dentro do sistema, pois ela é o primeiro grupo no qual o indivíduo faz parte, sendo também capaz de influenciar e ser influenciada por outros grupos social, é dentro da família que se produz e se reproduz a ideologia capitalista (CAVALCANTI et al., 2013).

O neoliberalismo apresenta novas necessidades transformando a produção, precarizando o mundo do trabalho e tendo como consequência o desemprego, a pauperização e conseqüentemente as desigualdades sociais. Para o enfrentamento dessas novas expressões da Questão Social<sup>4</sup>, surgem as Políticas Sociais, com o objetivo de oferecer suporte social por meio do atendimento às famílias, aplicando-lhes maior valor à sua função socializadora, e conseqüentemente aumentando suas reponsabilidades. Deste modo a família também passa a ofertar o serviço de proteção e inclusão social.

Na contemporaneidade a família tem ganhado destaque nessas políticas, frente à desresponsabilização do Estado, uma vez que as responsabilidades de promoção de suporte social são repassadas às famílias e possuem também a intenção de as responsabilizar pela sua situação de vulnerabilidade social, em função de seu caráter moralizador, com o objetivo de propagar a ideologia dominante.

---

<sup>3</sup> Entende-se como ideologia, o conceito caracterizado por Marx e Engels, como sendo uma doutrina teórica e uma atividade que observa de modo equivocado as ideias como sendo autônomas e eficazes, e que não é capaz de compreender as condições do real e as suas características considerando a vida como uma construção sócio-histórica (THOMPSON, 2000).

<sup>4</sup> Compreende-se como questão social: “O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se cada vez mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p.27).

## **1.2 implicações teóricas e sociais do cuidado e o protagonismo da mulher negra frente à desresponsabilização do Estado**

As relações de cuidado são inerentes a todo ser humano, uma vez que todos necessitam deles em algum momento da vida. Sendo este uma necessidade social que é em sua larga maioria, suprida no âmbito doméstico e familiar, por mulheres, mães, esposas e filhas, e, quando a família já não consegue mais realizar sozinha tal tarefa, busca-se por ajuda de uma outra mulher, que, devido à estrutura histórica de uma sociedade que, além de patriarcal foi escravagista como é a nossa que foi criada e sustentada às custas da exploração do trabalho do negro, tende a ser negra e pobre.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, acaba por tencionar ainda mais a contradição existente entre a produção capitalista e as relações de cuidado, pois até então os homens e as mulheres tinham mesmo que normativamente seus papéis sociais diferentes, e, a partir da inserção da mulher no trabalho extra domiciliar, ela passa a reorganizar o seu tempo, em função da dupla jornada de trabalho, no qual torna-se necessário articular o trabalho e a família (CARRASCO, 2001), o que leva a uma maior necessidade de efetivação das políticas públicas. Essa nova realidade exprime a complexificação das práticas e das relações de cuidado (MARCONDES; YANNOULAS, 2012).

De acordo com Kittay e Feder (2003), em um cenário neoliberalista, há a limitação de recursos para programas sociais e ações do Estado, fato este que acaba por responsabilizar as famílias ainda mais pelo cuidado, uma vez que na ausência de políticas sociais, a família é responsável direta e em muitos casos a única instituição a realizar tal tarefa.

Ao pensarmos sobre uma política pública de cuidado voltada para a pessoa idosa, percebe-se a inexistência desta no Estado brasileiro, cabendo somente à família a responsabilidade por cuidar dos seus “velhos”. O que de acordo com Bruschini e Lombardi (2008) a permanência da responsabilidade do cuidado como um problema da família, faz com que as mulheres busquem estratégias que as permitam conciliar a sua vida profissional com a familiar, definindo papéis duplos e muitas vezes inconciliáveis e irrenunciáveis.

As relações familiares são pautadas no paradigma neoliberal, uma vez que a família é a principal instituição responsável por articular outras instituições e por organizar a prática social do cuidado (MARCONDES; YANNOULAS, 2012). Assim, nesta conjuntura há uma agudização do familismo como uma ideologia, o que deixa evidente a reprivatização da qualidade de vida e bem-estar, com a responsabilidade que é imposta para as famílias de cuidar dos seus idosos. Além do mais, o familismo não pode ser compreendido como uma falha inconsciente do Estado, porque, é por meio da negligência estatal para com as questões relacionadas ao cuidado, que as famílias estão cada vez mais sobrecarregadas (GAMA, 2008).

No contexto neoliberal, as questões relacionadas às relações de cuidado não apresentam nenhum tipo de responsabilização do Estado. Pois a família como a única instituição que é compreendida ideologicamente como aquela cabe o dever de cuidar, acaba por atender às suas próprias demandas, de forma autônoma, sem precisar do Estado (FINEMAN, 2003), entretanto, essa autonomia imposta pela desresponsabilização do Estado em função da agudização do familismo, cobra das mulheres um alto preço, considerando o mundo o trabalho com duplas, triplas jornadas de trabalho, e as desigualdades de gênero na própria instituição familiar, no qual é entendido socialmente como sendo da mulher a função de cuidar.

Portanto, a mulher ocupa um lugar central na esfera da Organização Social e Política do Cuidado<sup>5</sup>, mostrando as desigualdades de raça, classe e gênero, em um contexto social permeado por opressões que (im)possibilitam o acesso ao cuidado e enfatizam as desigualdades na realização e socialização do trabalho doméstico e do *care* no cenário brasileiro (RIBEIRO; PEREIRA, 2022). Todas as esferas do trabalho feminino, incluindo o do cuidado, se encontram por todo o contexto aqui explicitado como sendo um trabalho que não possui reconhecimento simbólico e monetário.

Em contrapartida à problemática da desigualdade social por parte do cuidador, tem-se também a desigualdade entre aqueles que recebem os cuidados. Os que têm a possibilidade de receberem os cuidados proporcionadas pelas mulheres pobres e negras, são, em maioria expressiva, os homens, brancos de estratos sociais superiores

---

<sup>5</sup> Conceito elaborado por Faur (2019) para mostrar as desigualdades presentes no acesso ao modo em que o cuidado é organizado na sociedade.

(HIRATA, 2022). Muito embora, exista a atividade do cuidado sendo realizada por pessoas brancas, é sempre por uma mulher, ou seja, o cuidado é essencialmente feminino (BIROLI, 2015).

Para embasar a discussão sobre o protagonismo da mulher negra nas relações de cuidado, é necessário que também que possamos compreender o conceito de cuidado, deixando claro qual abordagem será adotada, uma vez que este é um termo polissêmico, que não possui uma definição conceitual consolidada (MIOTO; DAL PRÁ, 2015).

O conceito aqui utilizado será o das produções teóricas do campo das ciências sociais, pautando-se principalmente na literatura Anglo-Saxônica, no qual Gonzalez (2020) denomina, brilhantemente, como América Ladina, pois segundo a autora, na conformação dos países da América Latina há uma forte influência negra na formação de suas histórias e culturas. Cabe aqui também ressaltar que o escopo teórico utilizado se dará à luz de uma análise marxista, pois não é possível compreender o cuidado de modo reduzido, desconectado da realidade macroestrutural, considerando que as relações de cuidado fazem parte das determinações presentes nas sociabilidades.

Nesse sentido, de acordo com Passos (2018, p. 66), o conceito de cuidado “é estabelecido como a relação direta de um indivíduo com o outro no intuito de suprir necessidades ontológicas primárias daqueles que não podem prover por si só”. A autora afirma também que todo ser social possui necessidades, e que estas “sofrem transformações, uma vez que estão relacionadas ao desenvolvimento do modo de produção, que está inserido em um processo histórico-dialético, ou seja, criando e recriando novas necessidades”. (PASSOS, 2018 p. 66). Hirata (2022, p. 29) também colabora defendendo a perspectiva do cuidado enquanto uma “relação social, entre prestador(a) e beneficiário(a), que é em princípio sexuada e que pode não ser remunerada (trabalho doméstico) ou remunerada (a profissionalização e os ofícios do cuidado)”.

De acordo com os estudos realizados por Kergoat (2003) a literatura francesa contribuí de forma muito expressiva para essa reconceituação, pois passa-se a incluir a reprodução social e o trabalho doméstico, ou seja, abrange o conceito de trabalho para o reconhecimento daqueles não remunerados, informais e sem fins mercantis. Desta forma, tanto o trabalho profissional quanto o trabalho doméstico, com funções de produção e reprodução sociais, assalariamento, sexo, classe social e família não podem ser compreendidas como categorias dissociáveis.

Este reconhecimento representa um grande avanço para a visibilização da divisão desigual do trabalho desempenhado, a fim de possibilitar a reprodução social. Além disso, possibilitou também a compreensão das assimetrias da interseccionalidade raça, classe e gênero e as adversidades que as mulheres, principalmente as negras, encontram para acessar e permanecer no mercado de trabalho remunerado, destacando a divisão sexual e racial do trabalho. Porém, o trabalho do cuidado é reconhecido no mundo todo, como majoritariamente feminino, pois envolve os afazeres domésticos, cuidar das crianças e/ou dos familiares e pessoas idosas e dependente. Nesse sentido, ambos são permeados pelas relações sociais sexuadas (HIRARA,2022).

Ainda no campo das assimetrias que permeiam as relações de cuidado e de gênero, as relações entre a divisão sexual do trabalho e o capitalismo, trazem consigo o conceito de economia do cuidado, e discutem o lugar que este e o trabalho doméstico não remunerado ocupam na produção de valor. Isso posto e acrescentando que a maior parte dos espaços de trabalho, sendo eles no âmbito doméstico, que a mulher negra encontra é reprodução e reflexo do período escravocrata, pois a negra era apenas a trabalhadora doméstica, que cozinhava, lavava, passava e arrumava a “casa grande”. Além disso, elas eram ainda incumbidas de cuidar das crianças brancas, sendo a “mãe preta” (GONZALES, 1984 p.224) e por vezes a “ama-de-leite” (GONZALES, 1984 p.229). Podemos perceber que para a mulher negra o fato do cuidado e do trabalho serem indissociáveis, é uma herança escravocrata, que definiu que o trabalho doméstico e de cuidado é responsabilidade da mulher, especialmente das negras. Assim, a mulher negra faz parte de um processo histórico que a transformou em mercadoria e instrumento de trabalho (CARNEIRO, 2015). Assim, ao fazermos uma análise do lugar que as mulheres negras sempre ocuparam, desde a escravidão até a contemporaneidade, podemos compreender que o papel das negras sempre esteve ligado aos afazeres domésticos.

O trabalho e as trabalhadoras domésticas sempre tiveram classe, raça e gênero, como características bem demarcadas em nossa história, uma vez que os papéis que sempre foram atribuídos às mulheres perpetuam até hoje em nossa sociedade racista (ALMEIDA, 2019) e patriarcal (SAFFIOTI, 2004). Desta forma, Pereira (2011), pontua que o trabalho doméstico, que é exercido em sua maioria pelas mulheres (acrescento aqui, as negras), é uma tarefa histórica e que está relacionada com as habilidades femininas, que no contexto da escravidão, estavam voltados para a organização e o cuidado com a casa grande e seus senhores e filhos (brancos), ficou sempre a cargo da mulher negra.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dou início a este espaço reservado às considerações obtidas após as reflexões realizadas, sem a intenção de finalizar, pois as questões aqui levantadas e discutidas precisam de muito espaço para diálogo e discussão para que se busquem soluções para uma sociedade minimamente mais justa e igualitária na qual as famílias e não somente as mulheres não sejam culpabilizadas e as únicas responsabilizadas pela tarefa (trabalho) de cuidar.

Dito isso, as ponderações aqui realizadas nos permitiram dar ainda mais voz e visibilidade para as relações de cuidado, compreendendo como o familismo presente nas políticas sociais brasileiras e em como a não atuação do Estado sobrecarrega toda a estrutura familiar. A partir do momento em que este Estado se exime da sua função de fornecer redes de apoio, por meio da efetividade das políticas sociais e dos equipamentos por ela gerenciados, fica em aberto uma lacuna social, na qual as pessoas idosas e aquelas que precisam de algum tipo de apoio/cuidado se encontram. Alguém precisa pagar essa conta, e o Estado responsabiliza a família, principalmente as mulheres, em função da compreensão social de que cabe a elas o dever do trabalho doméstico e o de cuidar, em suas mais diversas esferas.

Desta forma faço minhas breves considerações a partir da compreensão de que as políticas sociais sempre tiveram esse caráter familista e compensatório, porém, não podemos ter uma visão fatalista, e nem messianista (IAMAMOTO, 1992) da realidade, pois nenhuma destas duas nos permite de fato avançarmos. Devemos agir como questionadores da ordem social imposta, tendo uma visão crítica acerca daquilo que nos é imposto como socialmente correto.

Contudo, consideramos que as políticas sociais atuam no amortecimento entre a classe trabalhadora e o capital, a fim de conter a rebeldia e possibilitar condições, mesmo que mínimas, de sobrevivência da classe trabalhadora, sendo esta composta pelas famílias, que são peças fundamentais para o sistema capitalista, pois, vem delas a força de trabalho a ser expropriada, assim como é também a principal reprodutora de ideologias.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 81-117, 2015.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Articulação do trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. **Textos FCC**, v. 28, p. 147-147, 2008.
- BRUZAMARELLO, Diogo; PATIAS, Naiana Dapieve; CENCI, Cláudia Mara Bosetto. Ascensão profissional feminina, gestação tardia e conjugalidade. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, 2015.
- CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana:¿ un asunto de mujeres?. **Mientras tanto**, n. 82, p. 43-70, 2001.
- CAVALCANTI, Karla Maria Gomes et al. A centralidade da família nas políticas sociais brasileiras. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fits**, [s. l], v. 1, n. 2, p. 23-35, maio 2013.
- FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI: Mujeres malabaristas en una sociedad desigual**. Siglo XXI editores, 2019.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante, 2019.
- FINEMAN, Martha Albertson. Mascarando a dependência: o papel político da retórica familiar. In: KITTAY, Eva Feder; FEDER, Ellen K. (Ed.). **O sujeito do cuidado: perspectivas feministas sobre a dependência**. Editora Rowman & Littlefield, 2003.
- FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. 2000.
- GAMA, Andréa Sousa. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar Social. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 41-68, 2008.
- GELINSKI, Carmen R. Ortiz G.; PEREIRA, Rosângela Saldanha. Mulher e trabalho não remunerado. **Mulher e Trabalho**, v. 5, 2011.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HIRATA, Helena Sumiko. **Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena Sumiko. **O cuidado: Teorias e práticas**. Boitempo Editorial, 2022.

HIRATA, Helena Sumiko. O trabalho de cuidado. **Sur Rev Int Direitos Human**, v. 13, p. 53-64, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**, p. 55-63, 2003.

KITTAY, Eva Feder; FEDER, Ellen. K. (Ed.). **O sujeito do cuidado: perspectivas feministas sobre a dependência**. Editora Rowman & Littlefield, 2003.

LAUGIER, Sandra. **Qu'est-ce que le care?: Souci des autres, sensibilité, responsabilité**. Éditions Payot, 2021.

MARCONDES, Mariana M.; YANNOULAS, Silvia Cristina. **Práticas sociais de cuidado e a responsabilidade do Estado**. 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, p. 147-178, 2015.

MIOTO, Regina. Célia. Tamasso. Família Contemporânea e Proteção Social: notas sobre o contexto brasileiro. In: FÁVERO, Eunice Teresinha (Org.). **Famílias na Cena Contemporânea- (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização**. 1ed. Uberlândia: Navegando, 2020, v. 1, p. 25- 38.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. Brasiliense, 2017.

PASSOS, Raquel Gouveia. Teorias e filosofias do cuidado: subsídios para o Serviço Social. **Campinas: Editora Papel Social**, 2018.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas-A dimensão social e o " lugar" das mulheres negras no pós-abolição. **Anais do Encontro da ANPUH**, 2011.

PICCHIO, Antonella. A macroeconomic approach to an extended standard of living. In: **Unpaid work and the economy**. Routledge, 2005. p. 24-41.

RIBEIRO, Thamires da Silva; PEREIRA da Silva, Gabriel. Mulher Negra no Trabalho de Cuidado e Doméstico no Brasil. **Perspectivas Sociais**, v. 8, n. 01, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SIMÕES, Julian. Cuidado e Cuidadoras - as várias faces do trabalho do care. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 45, p. 577-585, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO).

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos. **São Paulo: Brasiliense**, 1991.

THOMAS, Jerry R. et al. **Research methods in physical activity**. Human kinetics, 2022.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 2000.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. O idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse. **Cadernos Cedes**, [S.L.], v. 30, n. 81, p. 179-188, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO).

WOODWARD, Kathleen. Um segredo público: o viver assistido, cuidadores, globalização. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 46, p. 17-57, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda (org.). Apresentação. In: ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da (org.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso; Salvador: Pinaúna, 2022. p. 1-513. Livro digital, PDF. Disponível em: <https://alacip.org/?p=43864>. Acesso em: 25 jun. 2022.